



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

50
anos

PSI

Edição nº 206 • ano 2024

Diferenças que constroem, Compromisso social e ético da Psicologia



5 **CAPA**
Os 11 princípios que guiam as
realizações do XVII Plenário

22 **PERSPECTIVA DA PSICÓLOGA**
Os avanços e as estratégias na
gestão de pessoas do CRP SP

24 **UM DIA NA VIDA DO CRP SP**
O perfil de quatro pessoas que
atuam nos alicerces do Conselho



PENALIDADES ÉTICAS

CAPA | OS 11 PRINCÍPIOS QUE GUIAM AS REALIZAÇÕES DO XVII PLENÁRIO

SUBSEDES | O XVII PLENÁRIO MAIS PERTO DE VOCÊ

ARTIGO | O DESAFIO DE ALIANÇAR REPRESENTATIVIDADES NA CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA PLURAL E DIVERSA NO SUDESTE

PERSPECTIVA DA PSICÓLOGA | OS AVANÇOS E AS ESTRATÉGIAS NA GESTÃO DE PESSOAS DO CRP SP

UM DIA NA VIDA DO CRP SP | O PERFIL DE QUATRO PESSOAS QUE ATUAM NOS ALICERCES DO CONSELHO

ESTANTE | CONHEÇA ALGUMAS DAS ATIVIDADES E PRODUÇÕES REALIZADAS PELO CRP SP E PELO SISTEMA CONSELHOS AO LONGO DO XVII PLENÁRIO

4

5

18

20

22

24

30

Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP50
anos

psi

Publicação do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo,
CRP SP, 6ª Região**Diretoria****Presidenta:** Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
Vice-presidenta: Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Secretária: Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)**Conselheiras/os efetivas/os**Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)
Davi Rodríguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)
Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)**Conselheiras/os suplentes**Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)**Renúncias**Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)**Vacâncias**Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)**Realização****Comissão de Comunicação (ComCom)****Presidente:** Davi Rodríguez Ruivo Fernandes
Membras: Marta Eliane de Lima, Talita Fabiano de Carvalho
Gerente de Relações Institucionais: Edson Ferreira Dias Junior
Coordenadora de Comunicação: Tais Aparecida de Souza**Jornal Psi****Jornalista responsável:** Priscilla Auilo Haikal (reg. MTb 64092/SP)
Redação: Priscilla Auilo Haikal
Revisão: Angelo CuiSSI e Gislaine Bueno
Diagramação: Paulo Mota
Capa: Paulo Mota
Aprovação: XVII Plenário**Sede CRP SP**Rua Teodoro Sampaio, 417, Pinheiros
CEP 05405-000 — São Paulo SP
E-mail: info@crpsp.org.br**Subsedes CRP SP****Alto Tietê** | altotiete@crpsp.org.br
Assis | assis@crpsp.org.br
Baixada Santista e Vale do Ribeira | baixada@crpsp.org.br
Bauru | bauru@crpsp.org.br
Campinas | campinas@crpsp.org.br
Grande ABC | atendimentoabc@crpsp.org.br
Metropolitana | metropolitana@crpsp.org.br
Ribeirão Preto | ribeirao@crpsp.org.br
São José do Rio Preto | sjrpreto@crpsp.org.br
Sorocaba | sorocaba@crpsp.org.br
Vale do Paraíba e Litoral Norte | vale@crpsp.org.br

www.crpsp.org.br

@crp_sp

/crpsp

/company/crp-sp

@crp_sp

/crpspvideos



AVANÇOS E CONQUISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA EM DEFESA DOS DIREITOS

No dia 23 de setembro de 2022, o XVII Plenário do CRP SP começou a escrever sua história no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Eleita com 61,93% dos votos válidos, a nova gestão iniciava uma trajetória repleta de desafios, que iria acompanhar um momento importante de mudanças políticas no país. Após um período de intensos retrocessos e de uma pandemia mundial, chegava a hora de reconstruir laços e de pactuar novas dinâmicas em sociedade.

Conselheiras e conselheiros firmaram seu compromisso com a profissão no estado de São Paulo a partir de ações pautadas pela transparência, pela ética, pela inclusão e pela defesa intransigente dos direitos de todas as pessoas. Ao assumir a autarquia, o Plenário enfatizou o caráter coletivo e plural de suas propostas, com uma Psicologia feita sem preconceitos e barreiras geradoras de sofrimentos.

Como parte do amplo processo democrático, até setembro de 2025 o XVII Plenário resiste e deve atuar para cumprir as diretrizes e ações acordadas por meio do Sistema Conselhos de Psicologia. Já foram muitas as mudanças nesses pouco mais de dois anos de realizações, com base em uma concepção de estruturação em diversas frentes, seja ao estabelecer novos fluxos e sistematizar processos, seja com mudanças físicas para ampliar e agilizar os serviços.

Esta edição do **Jornal Psi** traz um apanhado das principais realizações até o segundo semestre de 2024, a partir dos 11 princípios da carta de intenções com a qual a chapa "Frente em defesa da Psicologia" foi eleita. A **matéria de capa** tem a participação de conselheiras e conselheiros que ocupam a diretoria, a presidência e a coordenação das diversas comissões, e que nos contam sobre as ações e iniciativas que vêm sendo desenvolvidas em cumprimento a todas essas diretrizes, juntamente com as funções primordiais do Conselho.

Ainda na perspectiva de entender quais as segmentações e metodologias internas, e de que forma são aplicadas as normativas que regem a autarquia, entrevistamos Gracielle de Souza Bacellar para saber qual é a **Perspectiva da psicóloga** organizacional da unidade de Gestão de Pessoas. Desde fevereiro de 2024, ela é a responsável pelas estratégias para efetivar um relacionamento mais humanizado no CRP SP.

Na seção **Um dia na vida**, é possível conhecer a história de quatro pessoas que têm uma atuação essencial para o funcionamento da autarquia. Três delas possuem, juntas, 68 anos de casa, e detalham as modificações e os avanços no setor Financeiro, na Comissão de Ética (COE) e na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Apesar de ter entrado no CRP SP somente no final de 2023, o quarto trabalhador perfilado tem muitas histórias para contar: de como saiu do estrelato da música e veio advogar em defesa da Psicologia.

Para encerrar, fizemos uma seleção de vídeos e de publicações que foram produzidas pelo CRP SP e pelo Sistema Conselhos ao longo da gestão do XVII Plenário, que estão na **Estante do Jornal Psi**.

Seja com a migração e modernização dos processos para plataformas *on-line*, seja com a qualificação, treinamento e contratação de profissionais, ou ainda com a inauguração da Subsede Metropolitana e a transferência da sede administrativa, o XVII Plenário tem atuado para dar respostas ao crescimento da categoria. Por meio das "Diferenças que constroem" — como está escrito no mote da atual gestão —, conselheiras e conselheiros seguem com o compromisso ético e social com a construção de uma Psicologia mais pautada pela pluralidade, pela inclusão e pela defesa intransigente dos direitos de todas as pessoas.



OS 11 PRINCÍPIOS QUE GUIAM AS REALIZAÇÕES DO XVII PLENÁRIO

Conselheiras e conselheiros comentam os feitos da gestão antes de iniciar o último ano do mandato

Fotos: Acervo CRP SP

Entre os dias 23 e 27 de agosto de 2022, profissionais da Psicologia com inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) tiveram a oportunidade de escolher um novo Plenário para gerir a autarquia no período de 2022 a 2025. As eleições ocorreram exclusivamente na modalidade *on-line*, e foram disponibilizados pontos de apoio à votação pelo estado, nas 11 subsedes do Conselho.

O voto é obrigatório?

Sim. Este é o momento de exercício democrático da categoria, no qual se escolhem as pessoas que vão representar a defesa de uma Psicologia ética e compromissada com os Direitos Humanos. Nos termos da legislação vigente (Decreto nº 79.822/77), o voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório. Para quem tem idade a partir de 65 anos, é facultativo. As pessoas que não votam precisam apresentar justificativa, sob pena de aplicação de multa.

Puderam participar do pleito as psicólogas e os psicólogos que, no ato da votação, estavam com a inscrição ativa no CRP SP, adimplentes com a tesouraria em relação aos exercícios anteriores, quites com as anuidades até o ano de 2021 e em pleno gozo de seus direitos, conforme o artigo 5º do regimento eleitoral (Resolução CFP nº 5, de 3 de agosto de 2021).

Conheça aqui o regimento eleitoral



O país também se preparava para a eleição estadual e federal, após um período de desmontes, ameaças antidemocráticas e vários retrocessos, inclusive nas políticas de saúde mental e para a Luta Antimanicomial. Foi um momento de recuperação após todo o sofrimento e as dificuldades vivenciados durante a pandemia da covid-19.

Com o mote “A Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos”, o XVI Plenário estava prestes a encerrar a sua gestão (2019 a 2022), na qual foi preciso repensar todo o planejamento, e desenvolver de imediato novas estratégias de atuação para um novo modelo de gestão. Diante do distanciamento social, foi necessário reestruturar a lógica da realização das ações, dos encontros, das atividades-fim, das inovações nos serviços e do atendimento à categoria.

No dia 23 de setembro de 2022, eleita com 61,93% dos votos válidos, a chapa “Frente em defesa da Psicologia” tomou posse como XVII Plenário do CRP SP. Em editorial publicado na edição 201 do **Jornal Psi**, além de reconhecer o legado deixado até ali — principalmente na luta pelo cuidado em liberdade e por uma prática profissional antirracista, anticapacitista, antilgbtfóbica, antimachista e antietarista —, a nova gestão destacou seu compromisso com a profissão no estado de São Paulo em ações pautadas pela transparência, pela ética, pela inclusão e pela defesa intransigente dos direitos de todas as pessoas.

Ao assumir a autarquia, o Plenário enfatizou o caráter coletivo e plural de suas propostas, com uma Psicologia feita sem preconceitos e barreiras geradoras de sofrimentos. Como parte do amplo processo democrático, até setembro de 2025, conselheiras e conselheiros do XVII Plenário resistem e atuam para cumprir as **diretrizes e ações** acordadas por meio do Sistema Conselhos de Psicologia.



De maneira democrática e com a participação da categoria, as diretrizes de atuação do Sistema Conselhos de Psicologia são definidas a cada três anos, no Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima e deliberativa sobre as questões prioritárias para as próximas gestões dos conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A movimentação eleitoral teve início em julho de 2021, com o levantamento das propostas elaboradas nos territórios durante os eventos preparatórios, os chamados **pré-Corepsis**. Na sequência, foi realizado o Congresso Regional de Psicologia (Corepsi), etapa da qual participaram 89 profissionais e nove estudantes de Psicologia, e que culminou nas deliberações do 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), com a participação de cerca de 400 delegadas e delegados eleitos de todo o Brasil.

Estamos perto de uma nova eleição. Dessa vez, os pré-Corepsis ocorrem de 16 de setembro de 2024 até 2 de fevereiro de 2025. Nessa instância, são apreciadas e aprovadas as propostas enviadas durante as ações de mobilização, e também são eleitas as pessoas delegadas para o Congresso Regional de Psicologia (Corepsi). Quem tiver interesse em contribuir nessa construção pode enviar propostas avulsas via e-CNP até o dia 31 de dezembro de 2024.



Acesse o QR Code e saiba mais

Os eixos determinados pelo 11º CNP têm servido como base para o XVII Plenário priorizar suas macroações e, assim, alcançar os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico. Por se tratar de uma autarquia pública federal, que tem entre seus deveres o princípio da publicidade, que garante a transparência e a prestação de contas à população, nesta edição do **Jornal Psi** vamos detalhar as diretrizes definidas e aprovadas pela chapa eleita e como estão sendo executadas as propostas que foram elaboradas.

Princípio 1

Defesa de uma Psicologia ética que atenda às necessidades da sociedade, considerando a diversidade social, econômica e cultural e seus impactos na produção do sofrimento.

Prática: organização de espaços de escuta e de diálogo com a categoria numa gestão descentralizada que abranje o estado todo, para estabelecer relações construtivas, de orientação e de formação, por meio de trocas que permitem analisar demandas e discutir o próprio fazer profissional, graças à abertura de canais com a sociedade.



Ione Aparecida Xavier

Psicóloga (CRP 06/27445) e conselheira presidenta da Comissão de Ética (COE)

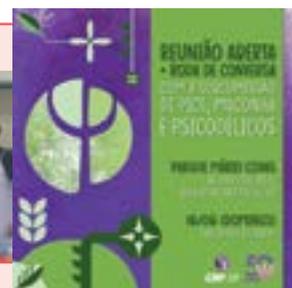
“A Psicologia evoluiu e evolui a cada dia. Já avançamos muito na construção de uma prática que responda às verdadeiras necessidades da sociedade, mas seguimos para marcar nosso posicionamento político e cumprir nosso dever de orientar psicólogas e psicólogos sobre a garantia de Direitos Humanos para que todas as pessoas tenham uma boa saúde mental.

O que vivemos aqui na região Sudeste é muito diferente do que vivemos na região Norte. Pensar nesses diferentes contextos é pensar no desafio, do ponto de vista teórico e técnico, de construir o conhecimento para essa diversidade, diante de pessoas e valores que mudam a cada dia. Não dá mais para viver só de teoria eurocêntrica neste país.

Princípio 2

Difusão do conhecimento sobre a indissociabilidade entre defesa de direitos e Psicologias.

Prática: produção e divulgação de conteúdos sobre marcadores sociais e processos colonizatórios que produzem sofrimento e transversalizam a prática profissional. Aproximação com instituições de ensino superior (IES) e promoção de eventos formativos para a categoria sobre violações de direitos, redução de danos e cuidado em liberdade.





A Psicologia não é determinista, nem estática, muito menos puramente diagnosticante e patologizante. Precisamos o tempo todo estar nos reconhecendo, identificando as boas práticas e fomentando saberes a partir do que dá certo numa diversidade tão grande e complexa como a nossa realidade.”

A Comissão de Ética (COE) tem um volume de trabalho que atualmente supera os 1.400 processos. Para agilizar os trâmites e a análise de todos esses casos, o Conselho tem feito mudanças focadas na descentralização e na ampliação da equipe, por meio de ações como:

- caravanas em todas as subsedes com a presença da presidência e da coordenação da Comissão de Ética, e também da coordenação da assessoria jurídica, para conhecer as diferentes realidades e orientar sobre as boas práticas em COE;
- interiorização da atuação da Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE) nos territórios;
- transição digital, com a migração dos processos éticos para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- contratação de um corpo jurídico concursado para o CRP SP.



Marta Eliane de Lima

Psicóloga (CRP 06/94890), conselheira secretária do CRP SP e coordenadora da Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE)

“A Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE), implementada no CRP SP em 2017, surgiu como

um importante recurso para facilitar a compreensão das razões que levam determinadas condutas de psicólogas e psicólogos no exercício profissional a ser consideradas faltas éticas. Durante o processo de mediação, a parte atendida pode expressar seu desejo de reparação e abordar o dano sofrido, enquanto a psicóloga ou o psicólogo tem a oportunidade de reconhecer os problemas ou danos causados. A mediação possibilita um encontro que, muitas vezes, é transformador para ambas as partes.

Desde a sua criação, mais de 500 processos já passaram pela CAM COE, que proporcionou novos desfechos e contribuiu para uma mudança de paradigma. Temos investido na ampliação da mediação em fase pré-processual e em processos éticos instaurados no CRP SP pela Comissão de Ética (COE) e pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), com o credenciamento de novas pessoas mediadoras, e na formação em outros métodos autocompositivos de conflitos, como a justiça restaurativa. Isso representa um investimento em outras lógicas de gestão, com a possibilidade de evitar a judicialização, promovendo a reflexão sobre a necessidade de rigor ético e metodológico nas práticas psicológicas, sempre prezando pelo respeito à diversidade e pela promoção dos Direitos Humanos.

Estar na coordenação da CAM COE tem sido muito gratificante. Percebo mais a cada dia que estamos investindo em um processo que transforma a própria noção de justiça, ao dissolver conflitos e promover uma aproximação com a humanidade de cada pessoa envolvida.”



Ana Tereza da Silva Marques

Psicóloga (CRP 06/141032) e conselheira do CRP SP

“Como autarquia responsável por orientar, fiscalizar, disciplinar e zelar pela qualidade do serviço psicológico prestado à sociedade, é fundamental que o Conselho consiga estabelecer espaços e criar oportunidades para que profissionais de Psicologia possam refletir sobre suas práticas, receber orientação técnica contínua e discutir as implicações éticas de seu trabalho.

Nesta gestão, o CRP SP já organizou mais de 60 rodas de conversa formativas nas universidades e faculdades, com quase duas mil pessoas participantes, apresentando as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia, as Referências Técnicas para Atuação Profissional (Crepop) e outros materiais que direcionam e amparam a ciência e profissão em seu fazer ético e comprometido com os Direitos Humanos.

A prática psicológica exige um constante processo de atualização e reflexão para assegurar que os serviços prestados não só estejam em conformidade com as normas e princípios éticos, mas também acompanhem as transformações da sociedade. As pessoas mudam a cada dia, e constantemente surgem novas tendências,



teorias e técnicas para dar conta dessas alterações, e que nos incitam a ir além dos estudos eurocêntricos.

Atualizar-se é uma maneira de ajudar a categoria a desenvolver um senso crítico sobre suas práticas e abordagens, por meio de suporte e orientação para lidar com dilemas éticos e desafios específicos da profissão, garantindo um atendimento que respeite os Direitos Humanos e as necessidades das pessoas usuárias.

Seja por meio das atividades desenvolvidas nas comissões de Ética, de Orientação e Fiscalização ou de Direitos Humanos, nosso trabalho é realizado por várias pessoas que atuam para garantir a qualidade e a integridade da profissão no estado de São Paulo.”



Davi Rodriguez Ruivo Fernandes

Psicólogo (CRP 06/118838) e conselheiro presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH)

“Ao longo desta participação no XVII Plenário, tive o privilégio de vivenciar inúmeras construções, desafios, aprendizados e conquistas, por meio de uma atuação em defesa de uma Psicologia ética e de qualidade, de uma gestão pública responsável e na luta pelos Direitos Humanos.

Com o indispensável compromisso com a transformação social da Psicologia, como ciência e profissão, lançamos em agosto de 2023 o mote ‘Diferenças que constroem: compromisso social e ético da Psicologia’, um princípio presente em todas as nossas ações, inclusive nos diversos encontros promovidos com a categoria e a sociedade.

A ideia é fomentar o diálogo e a reflexão acerca do papel de cada psicóloga e psicólogo nas Políticas Públicas, nas questões étnico-raciais, inclusivas, de gênero e de diversidade sexual, entre outras lutas. Também integramos debates e mobilizações sobre o combate ao racismo, com iniciativas reparatórias, afirmativas e de conscientização.

Nosso trabalho tem sido especialmente focado em ampliar o acesso da população aos serviços de saúde mental. Estamos engajados em trazer à tona discussões importantes de grupos historicamente marginalizados. Por exemplo, a população indígena, cujas necessidades frequentemente são invisibilizadas. É preciso ter atenção com questões como a controvér-

sia do marco temporal, os danos causados pelo garimpo ilegal e a luta pelo direito à terra e à vida digna.

Nosso compromisso é garantir que essas pautas não sejam ignoradas, promovendo um cuidado integral e inclusivo para todas as pessoas, especialmente para as minorias que mais necessitam de suporte.”



Ione Aparecida Xavier

Psicóloga (CRP 06/27445) e conselheira presidenta da Comissão de Ética (COE)

“Desenvolvemos uma série de ações orientativas, realizadas nos 11 territórios, para construir uma Psicologia cada vez mais plural e inclusiva, atenta aos contextos sociais e sensível às diversidades. Em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), promovemos eventos de orientação para pessoas coordenadoras e docentes dos cursos de Psicologia sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e sobre educação em Direitos Humanos. Realizamos encontros formativos internos sobre mediação, avaliação psicológica na área do tráfego, Psicologia e laicidade, Código de Ética e Código de Processamento Disciplinar.”



Maria da Glória Calado

Psicóloga (CRP 06/33194), conselheira do CRP SP e coordenadora da Comissão Especial Relações Étnico-Raciais (Crer)

“Nosso trabalho, desde a época em que constituímos a chapa, se baseia em ações contra todo tipo de opressão, todo tipo de racismo na sociedade brasileira: contra os estereótipos, contra a discriminação. É uma construção na perspectiva de uma sociedade emancipatória para todas as pessoas.

Por isso, desde setembro de 2022, quando assumimos o XVII Plenário, temos feito uma gestão com senso de justiça, de democracia e de respeito às subjetividades e pluralidades da nossa realidade. É um projeto ético-político que implica a defesa dos direitos e que busca compreender quem, onde e em que tempo se pratica a Psicologia.”

Princípio 3

Rompimento com a manicomialização, patologização, medicalização e judicialização nas práticas das Psicologias.

Prática: participar ativamente dos processos de defesa do cuidado em liberdade, não medicalizante, articulado em rede, territorial, de acesso a diferentes direitos. Dialogar sobre as consequências da medicalização, as práticas psicológicas preconizadas por diferentes instituições que incidem em infrações éticas e violações, bem como sobre as lógicas restaurativas no exercício profissional.



Camila Andrade de Oliveira

Psicóloga (CRP 06/94895) e vice-presidenta do CRP SP

“Nossas ações e articulações têm buscado estabelecer uma comunicação eficaz e vínculos estreitos com instâncias de defesa de Direitos Humanos. Podemos citar os debates sobre o cuidado em liberdade por meio das ações das lutas de maio, o encontro multidisciplinar sobre aplicação da lei antimanicomial (Lei nº 10.216/2001) nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), em outubro de 2023, e o seminário “Tecendo conexões: interfaces entre Psicologia, Serviço Social, sistema de justiça e sociedade civil na execução penal”.

São espaços em que se promove a partilha de experiências, debates que estimulam a refletir para se chegar a proposições diante dos desafios na atuação de psicólogas e psicólogos, a partir da concepção de que a colaboração interdisciplinar é fundamental para desenvolver estratégias que rompam com lógicas e práticas manicomialis, medicalizantes e judicializantes.”



Mônica Cintrão França Ribeiro

Psicóloga (CRP 06/20583), conselheira presidenta da Comissão de História e Memória de Psicologia (CHM) e coordenadora estadual do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

“O CRP SP segue em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, no debate das Políticas Públicas voltadas ao acolhimento institucional, no diálogo sobre as consequências da medicalização e da judicialização dos processos educativos na perspectiva da Psicologia escolar e educacional, como também na efetiva implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a contratação de psicólogas, psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica.

Cumprindo as funções-fim de orientar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia, foram realizadas articulações com o Sindicato das Psicólogas e dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress SP), com a finalidade de promover, nas subseções do CRP SP, eventos orientativos para a categoria: fóruns, mostras e formações orientativas sobre o exercício ético da profissão no campo da educação.

Exemplos dessas ações são as rodas de conversa orientativas com as psicólogas e psicólogos escolares que atuam nas escolas públicas na cidade de São Paulo e a Mostra Metropolitana de Práticas de Psicologia e Serviço Social na Educação, eventos realizados pela Subseção Metropolitana.”



Eventos organizados pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ao longo da gestão.





Princípio 4

Produzir orientação para as diferentes áreas de atuação da Psicologia, considerando suas especificidades e abordando problemáticas contemporâneas.

Prática: discutir profundamente as normativas e o exercício profissional qualificado e ético da psicoterapia e produzir reflexão sobre as práticas nas especialidades da Psicologia e as violações de direitos, levando em consideração os marcadores, conjuntura e interseccionalidade com a realidade brasileira.



Leonardo Maggi Gabbatto

Psicólogo (CRP 06/124424), conselheiro do CRP SP e coordenador da Comissão Especial Riscos, Emergências e Desastres (Cred)

“Em um contexto de constante transformação, é fundamental que profissionais da Psicologia recebam orientações que abordem as especificidades de cada campo, considerando as problemáticas contemporâneas, como questões éticas, sociais e culturais. Essa abordagem visa garantir que as práticas psicológicas sejam eficazes, relevantes e alinhadas com as demandas atuais da sociedade, reforçando o compromisso do CRP SP de promover uma Psicologia que atenda às necessidades emergentes e respeite as particularidades de cada contexto de atuação.

Uma das iniciativas concretas nessa direção foi a criação da Comissão Especial Riscos, Emergências e Desastres (Cred), que exemplifica o esforço do CRP SP em desenvolver orientações específicas para áreas críticas, como a atuação da Psicologia em contextos de emergências e desastres. A Cred tem promovido debates e produzido material orientativo que visam capacitar os profissionais para atuar de forma ética e eficiente nessas situações. Avalio esses desdobramentos como essenciais para garantir que psicólogas e psicólogos estejam preparados para enfrentar desafios contemporâneos, fortalecendo sua capacidade de contribuir para a resiliência e o bem-estar das comunidades afetadas.”



Mayara Aparecida Bonora Freire

Psicóloga (CRP 06/120511) e conselheira presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

“O fortalecimento das orientações referentes à formação das redes intersetoriais no exercício da Psicologia é uma luta que não finaliza nesta gestão. Mas certamente posso dizer que foi muito fomentada quando pensamos a orientação e a fiscalização.

Nossa atuação profissional é indissociável de uma concepção de humano e de sujeito que não pode ser fragmentada, não pode ser isolada do laço social. Sendo assim, precisa operar em rede, de maneira intersetorial. Isso nos demanda estar em diálogo direto com movimentos sociais e com outros conselhos profissionais — no processo, por exemplo, de fiscalizações conjuntas.

Todos esses espaços em que estamos presentes geram trocas e experiências muito valiosas para elaborarmos orientações plurais, inclusivas e abrangentes, de modo a fomentar um exercício profissional que não seja classista, mas que seja em prol da sociedade.”

Princípio 5

O Conselho como referência de formação em ética profissional, levando em consideração as parcerias com entidades de formação, defesa de direitos trabalhistas e áreas da Psicologia.

Prática: desenvolver metodologias ativas para discussão contínua das resoluções, referências técnicas e outras normativas em interface com o Código de Ética Profissional, e priorizar as temáticas de maior incidência de infrações nos processos formativos para mitigar os equívocos cometidos historicamente.



Mônica Cintrão França Ribeiro

Psicóloga (CRP 06/20583), conselheira presidenta da Comissão de História e Memória da Psicologia (CHM) e coordenadora estadual do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

“Seguimos no acompanhamento das rodas de conversa nas instituições de ensino superior (IES), com a participação de professoras e professores de ética, supervisoras e supervisores de estágio e coordenadoras e coordenadores de cursos de Psicologia sobre a formação ética e em Direitos Humanos, ação também relacionada à meta-compromisso do CRP SP no Censo da Psicologia Brasileira.

São esforços voltados para embasar práticas e políticas em um conhecimento mais profundo das mudanças profissionais constantes. Afinal, nossa profissão é dinâmica. Fazem parte, também, de um trabalho de orientação continuada a partir de metodologias inclusivas, participativas, emancipatórias e não punitivistas.

Isso porque o CRP SP tem como compromissos sociais o enfrentamento a violações de Direitos Humanos e a desigualdades sociais e a promoção da diversidade humana, com base nas diretrizes do nosso Código de Ética Profissional, que estabelece para todas as psicólogas e psicólogos princípios como liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano.

Uma responsabilidade ética não apenas em relação ao seu trabalho, como também em relação à profissão.”



Dreyf de Assis Gonçalves

Psicólogo (CRP 06/55379) e conselheiro presidente da Comissão de Auditoria e Controle Interno (Caci)

“Esta gestão tem buscado cada vez mais estreitar a comunicação e estabelecer vínculos com instâncias de defesa de Direitos Humanos — a Defensoria Pública, no âmbito dos territórios, e o Ministério dos Direitos Humanos, na esfera estadual —, bem como concretizar parcerias com o Ministério Público, o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo (Copen), a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

Podemos citar a representação no grupo técnico interprofissional da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo; ações no Fórum dos Conselhos da Área da Saúde (FCFAS), que abrange 14 conselhos profissionais; e a representação no Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSuas-SP). Também temos estabelecido relações permanentes de orientação com IES, com foco no diálogo sobre Direitos Humanos e no comprometimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, atuando no processo formativo da categoria em colaboração com docentes de Ética e coordenações de curso e de estágio, em parceria com a Abep.”





Princípio 6

Ser espaço de acolhimento, orientação, proteção e referência para as/os/es psicólogas/os/es.

Prática: acolher as psicólogas e psicólogos e oficiar os órgãos competentes responsabilizando, notificando e acompanhando todas as denúncias das pessoas profissionais quando em violação no espaço do exercício profissional. Estabelecer diálogo e construir materiais orientativos acerca das necessidades emergentes para a prática psicológica.



Ione Aparecida Xavier

Psicóloga (CRP 06/27445) e conselheira presidenta da Comissão de Ética (COE)

“Penso que essa gestão tem privilegiado parcerias com os sindicatos (como o SinPsi) e com organizações profissionais para articulações de fortalecimento da atuação nas Políticas Públicas. Além disso, tem buscado manter um diálogo constante com a categoria ao se aproximar das instituições de ensino superior (IES).

Essas trocas com estudantes, professoras e professores — de Ética, principalmente — tem sido muito produtivas e assertivas. Tratamos de resoluções, da produção de documentos escritos, de violações de direitos e do Código de Ética Profissional, além de realizar oficinas. É uma forma direta de comunicarmos nossas funções e atribuições. Acredito que estamos no caminho certo.

Outra ação significativa nessa difusão do conhecimento é o CRP Acolhe, por meio do qual oferecemos orientações e acolhimento a pessoas recém-inscritas no Conselho. Aprimoramos as plataformas em que prestamos esse serviço para melhor conectividade. Durante os encontros *on-line* e presenciais, detalhamos o Sistema Conselhos de Psicologia, a organização das entidades da Psicologia e as principais orientações pertinentes à prática profissional. Só em 2023, orientamos 9.868 novas e novos inscritas e inscritos.”

Atendimentos em 2023

Por e-mail: 100.075

Por telefone: 26.331

Presenciais (agendados): 14.396



Mayara Aparecida Bonora Freire

Psicóloga (CRP 06/120511) e conselheira presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

“Conforme lutamos pelo fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, por meio de ações de orientação e de de fiscalização, atuamos para garantir a qualidade dos serviços e de um atendimento psicológico adequado, de modo a beneficiar a própria categoria.

Por exemplo: o termo de cooperação técnica com o Ministério Público. Acho que é um dos pontos de maior orgulho para a gestão, no que se refere a parcerias com órgãos do sistema de garantia de direitos. Essas construções com as instituições têm sido muito efetivas, inclusive quando a gente analisa as necessidades emergentes que demandam reflexão e orientação.

São ações para que o Conselho esteja presente em vários espaços importantes de articulação, e ele próprio seja tido como lugar de acolhimento e de referência para a categoria. Cada vez mais, a proposta é facilitar e consolidar essa aproximação com as psicólogas e psicólogos, seja por meio da ampliação dos serviços *on-line* do sistema BR Conselhos (BRC), seja com a disponibilização da nova carteira de identidade Profissional (CIP) ou com a implantação da modalidade *on-line* para a inscrição de pessoa física, entre outras inovações.”



Wilson Flávio Lourenço Nogueira

Psicólogo (CRP 06/53258) e conselheiro coordenador da Comissão de Análise para concessão de Registro de Psicólogo/a Especialista (Carpe)

“No ano em que comemoramos cinco décadas do CRP SP, reafirmamos nossa missão de defender uma Psicologia plural e acessível, convidando as pessoas profissionais da Psicologia a assumir um compromisso com os Direitos Humanos. Para cumprir essa premissa, a atual gestão tem ampliado os recursos e as atividades para cada vez mais ser um espaço de acolhimento, proteção e referência.

Seja com o aumento do quadro de pessoas trabalhadoras ou com a aquisição de novos sistemas para agilizar os processos, temos buscado facilitar o acesso ao Conselho. Nesse sentido, a implantação do projeto-piloto de redução da carga horária para 30 horas e de jornada híbrida chega para melhorar a qualidade de vida no trabalho e, assim, reverberar nos serviços prestados à categoria.”

Princípio 7

Psicologia como ciência e Profissão em defesa das/os psicólogas/os e com a participação ativa nas atividades-fim do Conselho.

Prática: construir fluxos e prioridades das denúncias recebidas para dar celeridade e eficiência à tramitação dos processos éticos. Estabelecer processos de fortalecimento institucional, administrativo e financeiro, e ampliar as ferramentas de divulgação das funções exercidas pelo Conselho e das possibilidades de participação das/os profissionais nesses espaços.



Camila Andrade de Oliveira

Psicóloga (CRP 06/94895)
e vice-presidenta do CRP SP

“São muitas resoluções a serem alcançadas e melhorias a serem desenvolvidas: de uniformização, de procedimentos, de construção de manuais e de fluxos. Afinal, as 11 subsedes são unidades com realidades muito distintas — há territórios com baixa demanda e territórios com altíssima demanda.

O maior desafio é conseguir acompanhar o trabalho de todas as pessoas, muitas à distância, e achar meios de conseguir mapear o que está avançando e o que ainda não evoluiu. Enfrentá-lo exige estratégias de aproximação da gestão com as unidades e com as pessoas trabalhadoras e também oferecer apoio para efetivar as demandas e, assim, concretizar mudanças para a categoria.

Um exemplo é o projeto de territorialização, por meio do qual, desde dezembro de 2023, o CRP SP tem

promovido plenárias nas subsedes. Membras e membros do Conselho estão visitando os 11 territórios do estado, fomentando maior integração e adaptação no âmbito da autarquia. Esses esforços são essenciais em um período significativo de renovação e participação ativa nas decisões.

Além disso, o Fórum de Gestores passou a ter um caráter técnico e formativo, tornando-se um espaço de aprendizado em que é possível facilitar o entendimento da importância de se seguir as portarias e a legislação: não só as resoluções do próprio Conselho, mas também a legislação e jurisprudência do nosso país, como as normas sobre licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021) e os acórdãos do Tribunal de Contas.

Tudo isso parte de uma estratégia de estruturação e de adequação à legalidade, para que se consiga avançar nas construções. Seja com a elaboração da minuta de funcionamento das subsedes, seja com as visitas de assessorias e coordenações aos territórios, esforçamo-nos para fomentar o diálogo das posições gestoras com as pessoas trabalhadoras e para consolidar as atividades técnicas regionalizadas.”



Ana Tereza da Silva Marques

Psicóloga (CRP 06/141032)
e conselheira do CRP SP

“A divulgação assertiva das funções do CRP SP e das oportunidades de participação permite que as pessoas psicólogas compreendam melhor o papel do Conselho e se envolvam mais ativamente na defesa de seus interesses e na construção da profissão. Também contribui para maior transparência, reforçando a confiança da sociedade na ética e na qualidade das práticas psicológicas.

A comunicação eficiente ajuda a assegurar que os princípios dos Direitos Humanos e os padrões éticos sejam cumpridos, fortalecendo a integridade da profissão e a proteção dos direitos dos indivíduos atendidos. Para isso, o Conselho tem investido em plataformas digitais, na organização de eventos, *workshops* e *webinars*, inclusive com tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para garantir a acessibilidade, promover a igualdade de oportunidades e permitir que todas as pessoas psicólogas participem ativamente e se beneficiem dos recursos oferecidos pelo Conselho. Essas medidas são cruciais para a evolução da Psicologia como ciência e profissão.”

Princípio 8

Qualificação do diálogo e da comunicação institucional do CRP com as/os profissionais, numa estrutura ampliada, ativa e dialógica.

Prática: instituir processos de comunicação permanente com as/os psicólogas/os em Assembleias Gerais e através da ampla divulgação. Desenvolver espaços de escuta, construção e colaboração diante das demandas urgentes e emergentes para orientação do exercício profissional. Ampliar os canais de comunicação com as/os profissionais e a sociedade.



Talita Fabiano de Carvalho

Psicóloga (CRP 06/71781), conselheira presidenta do CRP SP e membra da Comissão de Comunicação (ComCom)

“A definição do mote das comemorações dos 50 anos do CRP SP — “É conhecendo que a gente se entende” — veio justamente do entendimento de que a gente precisava se aproximar da categoria e estabelecer meios de a categoria se aproximar da gente.

Para isso, produzimos uma série de conteúdos que detalham e relembram as diversas realizações e transformações na ciência e no exercício profissional da Psicologia paulista. São muitas as pessoas que fazem parte desta história, num Conselho que hoje soma mais de 160 mil profissionais com inscrição ativa no estado.

Como o **Jornal Psi**, a publicação trimestral que vai para a casa da categoria. Fizemos edições com conteúdos institucionais para contar a história da autarquia e falar das leis que efetivam o Sistema Conselhos, das nossas atribuições e dos caminhos percorridos neste meio século de atividades.

Outra ação importante foi a atualização da **Linha do Tempo** do CRP SP, em formato dinâmico, que traça um panorama de acontecimentos categorizados em contexto histórico, pensamento psicológico e práticas psicológicas, e que contou com o apoio da Comissão Especial de História e Memória da Psicologia (CHM).

A efeméride dos 50 anos do CRP SP é uma data única, e representa a consolidação e o reconhecimento do papel da Psicologia no respeito à diversidade humana e na garantia de direitos em saúde mental.”



Davi Rodriguez Ruivo Fernandes

Psicólogo (CRP 06/118838) e conselheiro presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH)

“Nossa comunicação tem se concentrado em promover uma Psicologia que liberta, emancipa e valoriza as potencialidades humanas, sempre alinhada à defesa dos Direitos Humanos e sociais, na luta por uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva.

No segundo semestre, lançamos uma campanha permanente nas redes sociais para divulgar conteúdos sobre seis áreas essenciais do CRP SP: Atendimento, Financeiro, Comissão de Ética (COE), Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e Comissão de Processos Legislativos e Concursos (CPLC). O objetivo é detalhar como estruturamos nosso trabalho, para garantir que psicólogas e psicólogos tenham ciência e usufruam de seu Conselho de forma mais consciente e próxima.

Essa iniciativa faz parte de um conjunto de ações que visa orientar o fazer da profissão de forma ética,

acompanhando o desenvolvimento da Psicologia no campo científico e na prática profissional, diante das transformações da sociedade. Exemplo é a série de publicações sobre como divulgar serviços de forma ética nas redes sociais e em sites, que se tornaram os novos ‘cartões de visita’ da categoria.

Essas orientações visam aproximar-se do público de maneira responsável, dada a relevância e a importância dos temas no exercício da profissão, ampliando o diálogo do CRP SP com a categoria e sociedade.”



Princípio 9

Atendimento com qualidade, acessibilidade e celeridade para a garantia do direito aos serviços ofertados pelo CRP às/aos profissionais da Psicologia.

Prática: qualificar e ampliar tecnologias e recursos de atendimento de forma a torná-los mais interativos e de fácil acesso. Ampliar e qualificar recursos humanos para acolher as dúvidas e necessidades imediatas das/os profissionais.



Marta Eliane de Lima

Psicóloga (CRP 06/94890)
e conselheira secretária
do CRP SP

“Desde o início do XVII Plenário, temos dedicado esforços para aprimorar os processos de gestão no CRP SP. Nosso foco tem sido oferecer um atendimento de qualidade, com acessibilidade e celeridade, garantindo que psicólogas e psicólogos tenham pleno acesso aos serviços oferecidos pelo Conselho. Estamos direcionando nossos investimentos para o fortalecimento institucional, para a interatividade e para a inclusão social e digital, além de atender de forma célere às demandas históricas da categoria.

Esse é um desafio que enfrentamos com o entendimento de que, na prática psicológica, o suporte institucional é fundamental para que todas e todos os profissionais possam oferecer cuidados de qualidade à população. Isso reforça nosso compromisso com a ética, a inclusão e a defesa dos Direitos Humanos, bem como com o respeito às diversidades.

Para alcançar esses objetivos, o CRP SP tem implementado diversas ações, como a adequação e o redimensionamento do quadro funcional, o investimento em comunicação institucional, a criação de espaços de diálogo com a categoria e sociedade, treinamentos voltados à melhoria do atendimento e um programa de qualidade de vida no trabalho. Reconhecemos que o bem-estar das trabalhadoras e trabalhadores impacta diretamente a excelência dos serviços prestados.

Esses esforços refletem nosso compromisso com a valorização da categoria e com o aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos pelo CRP SP. São ações que criam um ambiente mais inclusivo e acessível, respondendo às demandas contemporâneas e fortalecendo o apoio às práticas profissionais.”



Dreyf de Assis Gonçalves

Psicólogo (CRP 06/55379) e conselheiro
presidente da Comissão de Auditoria e
Controle Interno (Caci)

A nossa gestão, que foca no devido cumprimento das funções-fim da autarquia, gera mudança de paradigma e profissionalização da gestão pública a partir do correto equilíbrio entre as dimensões política, econômica e jurídica, como prevê a legislação.

Com as mudanças estruturais, e particularmente com a adoção da jornada de 30 horas e do regime híbrido, avançaremos na aplicação de soluções de atendimento digital e automação de serviços, com foco na celeridade na emissão de documentos, redução do deslocamentos e mais transparência de informações.”

Princípio 10

Realização de uma gestão pública, administrativa e financeira responsável, visando a promoção e garantia do direito ao trabalho das/os psicólogas/os.

Prática: dar continuidade à modernização de processos administrativos e financeiros. Mobilizar legisladores para garantir que as pautas de interesse da Psicologia e das psicólogas/os/es sejam discutidas e aprovadas. Sistematizar modelos e referências de documentos a serem produzidos para auxiliar o exercício profissional.

Talita Fabiano de Carvalho

Psicóloga (CRP 06/71781), conselheira presidenta do CRP SP e membra da Comissão de Comunicação (ComCom)



Eduardo de Menezes Pedroso

Psicólogo (CRP 06/122428) e conselheiro tesoureiro do CRP SP

“Desde setembro de 2022, quando assumimos o XVII Plenário, temos reunido esforços e contamos com o apoio de mais de 180 pessoas trabalhadoras em 11 subsedes para fazer cumprir nosso projeto ético-político. É um trabalho conjunto para tornar possível a concretização do planejamento estratégico. Atividades técnicas, administrativas e financeiras permitem que as mais de 160 mil psicólogas e psicólogos com registro ativo e mais de 208 mil inscrições no estado tenham direito ao trabalho

regular, numa construção para que a sociedade tenha uma Psicologia ética e de qualidade.

São muitas conquistas e avanços, em meio a diversos desafios, a partir da consolidação de mudanças significativas dentro da instituição CRP SP, para melhorar a dinâmica, as condições estruturais, os fluxos e processos, e, assim, entregar resultados mais assertivos e de qualidade, de modo a beneficiar toda a categoria. A partir dessas evoluções institucionais e políticas, fizemos uma quebra de paradigma como há muito tempo não ocorria.

Por exemplo, com a estruturação com programa de plano de cargos, de empregos, carreiras e salários (Pecs); a construção e atualização de políticas internas; a qualificação, treinamento e contratação de profissionais; e a modernização de processos com a migração de recursos e serviços para a plataforma **on-line BR Conselhos (BRC)** e para o **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**.

Princípio 11

Equalização da estrutura financeira pela direta relação entre arrecadação e gastos referente à aplicabilidade da execução orçamentária na autarquia.

Prática: visibilizar a prestação de contas dos gastos com maior objetividade. Investir em tecnologias que permitam melhor acompanhamento orçamentário. Tornar as questões administrativas e financeiras mais compreensíveis e didáticas.

“A modernização de processos e a padronização e otimização do acesso aos serviços com a utilização de ferramentas *on-line* são medidas que propiciam mais transparência e segurança, sobretudo no atendimento e na análise documental. Todo o Conselho ganha em sustentabilidade financeira e ambiental.

Avançamos significativamente em investimentos e melhorias na condução da autarquia, em especial na adequação dos procedimentos em cumprimento às normas do Tribunal de Contas da União (TCU), principalmente no que diz respeito à parte financeira, como apresentado na Assembleia Orçamentária de 2024.

Zelamos pela transparência e pelo gerenciamento inteligente das anuidades, cuidando com rigor do dinheiro público, o que nos permitiu ampliar gradualmente o quadro funcional com a con-

Talita Fabiano de Carvalho

Psicóloga (CRP 06/71781), conselheira presidenta do CRP SP e membra da Comissão de Comunicação (ComCom)



Eduardo de Menezes Pedroso

Psicólogo (CRP 06/122428) e conselheiro tesoureiro do CRP SP

Também vale destacar a implementação da jornada de 30 horas para todas as pessoas trabalhadoras do CRP SP, por meio da Portaria CRP nº 99/2024, numa luta que vem sendo construída desde gestões passadas e é resultado de uma construção coletiva; a apresentação de proposta que resultou na Resolução CFP nº 16/2024, que trata da atuação profissional no atendimento de pessoas intersexo e assexuais; e a elaboração da **Carta de serviços do CRP SP**, para orientar a categoria e facilitar o acesso aos serviços prestados por este Conselho.

Sistema de atendimento e serviços que integra informações cadastrais, financeiras, de processos e de fiscalização, contratado pelo Conselho Federal de Psicologia. Plataforma de cadastro e emissão *on-line* de documentos, de certidões e comprovantes, geração de boletos das anuidades e outros serviços.

Ferramenta para facilitar a gestão de documentos, de processos administrativos e de fluxos de trabalho, desde o pagamento de um serviço até a aprovação de contratos. Com a possibilidade das assinaturas digitais e certificadas, os procedimentos se tornam mais eficazes e organizados.



Ainda no sentido de articulação em defesa das pautas de interesse da categoria, participamos de agenda com o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, e apontamos a necessidade de se ampliar o número de psicólogas e psicólogos em equipamentos e serviços públicos, que ainda é insuficiente para atender a população; e enviamos cartas-compromisso para candidatas e candidatos das eleições municipais da capital paulista, visando garantir a presença de profissionais de Psicologia e de Serviço Social na educação básica.

São 50 anos de muitas histórias, construídas por pessoas diversas, e somos mais um capítulo nessa trajetória comprometida com a defesa dos Direitos Humanos e com a promoção de saúde mental. Desde sempre, o CRP SP faz importantes contribuições não apenas ao exercício profissional, mas também para o protagonismo da Psicologia diante das transformações e desafios na sociedade, que se constroem a partir das diferenças, com compromisso social e ético e, principalmente, em coletividade.”

vocação de trabalhadoras e trabalhadores efetivas e efetivos e investimento na atualização das equipes.

Regularizamos as baixas de títulos (conciliações bancárias), solucionando fechamentos contábeis que estavam irregulares desde 2021, com a mudança do sistema informatizado. Além disso, iniciamos a construção da Política de Arrecadação e Cobrança, com a edição de normativas e convênios, garantindo a saúde financeira da autarquia para exercer suas funções.

No âmbito administrativo, realizamos importantes modificações, como a adequação à nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), a implantação de novos instrumentos legais e a elaboração de fluxos contratuais mais eficientes. Retomamos a implantação das reclamações pré-processuais (RPPs) junto à Justiça Federal, o que resultou em 704 acordos administrativos homologados e numa política de arrecadação mais eficiente. Implementamos o Sistema de Passa-

gens e Diárias (Sispad) para controle mais eficaz dos pagamentos, gastos e prestações de contas das verbas indenizatórias.

Nosso orçamento está baseado em algumas diretrizes que resultam numa institucionalização um pouco mais acentuada que em anos anteriores. Estamos priorizando a melhoria dos processos, dos atendimentos e das tecnologias disponíveis, para termos meios de concretizar ações em prol do compromisso ético com a Psicologia.

Seja na institucionalidade, seja na legalidade e na responsabilidade pública, temos a obrigação de compreender quem, onde e em que tempo se pratica a Psicologia. Nosso trabalho visa fomentar a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, de modo a promover a autonomia e o desenvolvimento humano. Somente assim poderemos construir uma sociedade em que o bem-estar mental seja um direito de todas as pessoas.”

O XVII PLENÁRIO MAIS PERTO DE VOCÊ

Saiba como é a atuação das pessoas que respondem pela coordenação das subsedes e de suas Comissões Gestoras

Fotos: Acervo CRP SP

“As 11 subsedes são unidades com realidades muito distintas, por isso o maior desafio é conseguir mapear e acompanhar o trabalho realizado em todas as localidades. A gestão precisa ter métodos efetivos de aproximação com as unidades e com as pessoas trabalhadoras, de modo a oferecer suporte para a resolução das demandas e, assim, concretizar mudanças para a categoria”, explica Paulo Henrique de Azevedo Amorim, atual coordenador de subsedes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

Em entrevista ao **Jornal Psi**, o trabalhador detalhou os esforços da atual gestão em busca de maior ambientação e integração dentro da própria autarquia.

“Por exemplo, o projeto de interiorização, com a realização das plenárias nas subsedes, com as conselheiras e conselheiros percorrendo o estado e visitando todos os 11 territórios desde dezembro de

2023, num momento importante de atualização e de participação na tomada de decisões.

Além disso, o Fórum de Gestores passou a ter um caráter técnico e formativo, passando a ser um espaço de aprendizado em que se torna possível facilitar o entendimento da importância de seguir as portarias e a legislação. E não só as resoluções do próprio Conselho, mas também a legislação e a jurisprudência do nosso país.

Isso tudo faz parte de uma estratégia de estruturação e de adequação à legalidade, para que se consiga avançar nas construções. Seja com a elaboração da minuta de funcionamento das subsedes, seja com as visitas de assessorias e coordenações aos territórios, trata-se de um esforço para fomentar o diálogo das posições gestoras com as pessoas trabalhadoras e para consolidar as atividades técnicas regionalizadas.”



Carlos Eduardo Mendes
Psicólogo (CRP 06/153775) e
conselheiro coordenador da
Comissão Gestora da Subsede
Metropolitana

“A inauguração da Subsede Metropolitana é um dos grandes feitos da atual gestão e faz parte dos esforços do XVII Plenário em cumprir a estratégia de uma estruturação mais eficaz do Conselho. Agora nós temos um espaço próprio e uma equipe totalmente dedicada às atividades desenvolvidas no território, que abrange as cidades de São Paulo, Osasco, Taboão da

Serra e Mairiporã. Concretizamos uma nova estrutura administrativa, que nos possibilita maior autonomia e qualidade nos serviços prestados, voltada exclusivamente às especificidades da região. É uma resposta às necessidades da categoria: das mais de 160 mil psicólogas e psicólogos com registro ativo no estado, ao menos 60 mil são da Metropolitana. É uma nova configuração que vem tomando forma e que acompanha os avanços do CRP SP.”



**Janaina Darli
Duarte Simão**

Psicóloga (CRP 06/47523) e
conselheira coordenadora da
Comissão Gestora da Subsede
São José do Rio Preto

“Atentas às funções de acolher as demandas da categoria e realizar ações de orientação, fiscalização e reflexão que elucidem dúvidas quanto ao exercício profissional, fizemos parcerias com diferentes entidades que se mostraram fundamentais nesse trabalho de construção junto à categoria. Por exemplo, com as instituições de ensino superior (IES), nas quais são realizadas atividades para apresentar as principais resoluções e referências técnicas para os formandos que estão iniciando na profissão. Outra característica importante da Subsede São José do Rio Preto é sermos reconhecidos por psicólogas e psicólogos que atuam nas Políticas Públicas locais como uma instituição de apoio, graças aos vínculos de colaboração que estabelecemos com movimentos sociais e secretarias municipais e estaduais. Com isso, fortalecemos nossa atuação relacionada às temáticas sociais, tanto que temos uma subcomissão de Direitos Humanos na qual conseguimos trabalhar a interseccionalidade das nossas discussões.”



**Giseli de
Fátima Assoni**

Psicóloga (CRP 06/72980) e
conselheira coordenadora
da Comissão Gestora da
Subsede Campinas

“Em cumprimento ao planejamento estratégico, na Subsede Campinas temos buscado a aproximação com a categoria por meio de rodas de conversa on-line mensais. São oportunidades muito importantes para interagir com psicólogas e psicólogos e tratar de questões éticas que interferem no dia a dia profissional. Também estamos presentes nas universidades, onde enfatizamos a necessidade da defesa intransigente dos Direitos Humanos e de uma atuação socialmente responsável no respeito à diversidade humana e à garantia da saúde mental. Além de promovermos uma articulação com movimentos sociais, junto aos quais marcamos presença na Câmara dos Vereadores para defender o arquivamento do PL nº 115/2019 — que visava instituir a internação compulsória de pessoas usuárias de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade social —, e da defesa da implementação da Lei nº 13.935/2019, que trata da inserção de profissionais de Psicologia na educação básica, temos participação nos Conselhos de Direitos e fomentamos debates sobre temas específicos por meio de subcomissões territoriais, que discutem a atuação em diversas situações, como no contexto escolar, junto a pessoas idosas, em questões de gênero e de sexualidade e em saúde mental e Políticas Públicas relativas ao uso de álcool e outras drogas, entre outras.”



Magna Barboza Damasceno

(CRP 06/66384) conselheira
coordenadora da Comissão Gestora
da Subsede Alto Tietê

“Somos a subsede mais nova do estado: inauguramos em maio de 2019. Por isso, uma das metas da atual gestão é igualar as nossas condições com a realidade dos outros territórios. No âmbito administrativo, nos empenhamos em capilarizar e regionalizar os processos de trabalho, de forma a ter mais autonomia e celeridade nas resoluções. Já no que tange

às ações precípuas, qualificamos as equipes de COE e COF para que realizem as orientações de modo mais eficaz e direcionado às demandas locais da categoria. A designação de uma coordenadora de COF também possibilitou mais celeridade nos processos e nas respostas das fiscalizações. Em relação às orientações, temos realizado eventos em diferentes áreas, como psicologia escolar e do tráfego, redução de danos e direitos reprodutivos, além de promover uma aproximação, em fóruns, com outros profissionais que atuam em Políticas Públicas.”



O desafio de aliançar representatividades na construção de uma Psicologia plural e diversa no Sudeste



Ilustração: Paulo Mota. Foto: Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Estamos no Sudeste — essa é a primeira premissa para o que temos a dizer com este texto. Temos aqui a 4ª, a 5ª e a 6ª regiões do Sistema Conselhos de Psicologia; aqui estão os regionais com o maior número de pessoas com inscrição ativa, e também as instituições de ensino que mais formam profissionais no país.

É curioso, portanto, contar essa história a partir do regional caçula entre esses, porque venho da 16ª região (Espírito Santo), que apenas em 2004 se desmembrou de Minas Gerais. Nos últimos dez anos, o número de matrículas na graduação de Psicologia mais do que dobrou, num índice que evidencia a ampliação da área para além dos grandes centros urbanos e das salas particulares. É a expansão da profissão graças ao processo de interiorização da formação e também de diversificação da atuação.

Com este crescente número de psicólogas e psicólogos e a complexidade de uma atuação profissional cada vez mais diversa em contextos e modos de intervenção, os conselhos da região Sudeste enfrentam a necessidade de garantir que a orientação ética acompanhe essa multiplicação e multiplicidade dos serviços de Psicologia e da nossa formação inicial e continuada. A colaboração contínua entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os CRPs é fundamental para isso, alinhando as necessidades regionais às demandas por diretrizes nacionais, que cabe ao Conselho Federal formular.

É deste lugar que trago uma segunda premissa para este texto, em um ponto de conexão entre as linhas que se fazem redes entre os conselhos regionais e as arestas que podem convergir com estas linhas, formando vértices com o Conselho Federal. Faço parte da atual gestão, juntamente com meu

colega de Minas Gerais, o conselheiro Roberto Chateaubriand, da secretaria da região Sudeste na estrutura do XIX Plenário do CFP.

Logo antes, porém, estive por duas gestões consecutivas como conselheira do CRP-16, vivenciando um período de mudanças muito importantes nessas conexões entre federal e regionais. É o que venho contar, para contribuir com o presente, por uma atualidade que tem memória.

Além de exercerem suas funções de orientação e fiscalização, os CRPs colaboram ativamente com o CFP em fóruns importantes como as Assembleias de Políticas, Administração e Finanças (Apaf) e os Congressos Regionais de Psicologia (Corepsi), que culminam no Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Esses encontros são momentos decisivos para contemplar as realidades locais em um debate nacional, assim como para fazer chegar aos contextos locais o que se constrói no âmbito federal.

Essa forma de gestão democrática tem sido sustentada por nossos regimentos e pactuações a partir da Constituição Federal de 1988, fruto do empenho de quem veio antes de nós. Foram lutas e esforços para que tivéssemos espaços de ampla participação para a categoria, bem como para que houvesse a descentralização da função legal normatizadora.

Vivemos, portanto, um ciclo de crescimento quantitativo e de ampliação qualitativa da atuação profissional entre os anos de 1990 e 2000, com impactos sobre a formação em Psicologia e sobre as demandas de orientação e fiscalização. Um importante avanço entre os dispositivos existentes de orientação foi a criação, em 2006, do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), que tem como





metodologia elaborar sínteses a partir dos contextos de atuação locais, constituindo-se em rede com os regionais. Para além disso, profissionais com atuação nessas esferas políticas, ao integrar a composição de plenários regionais e federal, contribuem para a relação e incidência institucional do Sistema Conselhos sobre o controle social.

A interiorização da profissão e da formação em Psicologia, assim como as políticas de acesso à educação superior, possibilitaram a oferta dos serviços por segmentos sociais e grupos socioculturais mais diversos. Essas pessoas profissionais também passaram a integrar os plenários e a contribuir com essa diversidade na apresentação e na resposta de demandas por orientação do trabalho da Psicologia em contextos que evidenciam as desigualdades sociais por classe, localização e interseccionalidades de gênero, étnico-raciais e de sexualidades.

Felizmente, é possível afirmar que sempre pudemos contar com atuações nos conselhos comprometidas com os direitos sociais. Da mesma forma, essas transformações que chegam aos plenários, vinculadas a mudanças na categoria, resultam de aberturas conquistadas em outros debates e projetos para que as gestões investissem na pluralidade de representatividades com uma perspectiva de reparação histórica. E isso diz muito respeito à nossa região Sudeste.

Há pouco tempo, os grupos de trabalho das Apafs e a composição do plenário do Conselho Federal concentravam maior participação dos grandes regionais do Sudeste, onde também se encontram instituições de ensino das mais antigas e com mais recursos do país. Para fortalecer a equidade no Sistema Conselhos de Psicologia, foi necessário que esses grandes

regionais cedessem desse protagonismo. E assim foi aprovada a forma como hoje temos construído as Apafs, que é a da representatividade garantida para todas as cinco regiões nos grupos de trabalho.

A partir desse modo de composição por representatividade, mobilizou-se, nos CRPs de cada região, uma disposição mais cooperativa e solidária, já que passam a ser imprescindíveis a articulação e o diálogo para que cada um dos quatro CRPs do Sudeste possa representar os demais nesses grupos de proposição.

Essa foi a conjuntura, associada aos movimentos na sociedade em geral, que culminou no contexto atual de políticas afirmativas que, além do acesso, buscam fomentar a permanência e a qualidade de participação de representatividades. Vivemos o desafio de aliançar essas representatividades todas — da diversidade de áreas de atuação, dos serviços públicos e autônomos, do que é comum e do que é singular de cada estado de uma região, do que é comum e do que é singular entre as cinco regiões; das questões de gênero, classe, raça, etnia, das pessoas com deficiência e das diversas condições de saúde — em formas de participação que sejam comprometidas com as coletividades que constroem a Psicologia e sua ética no Brasil.



**Maria Carolina Fonseca
Barbosa Roseiro**

Psicóloga (CRP 16/2644)
e conselheira suplente do
Conselho Federal de Psicologia
(CFP) pela região Sudeste



OS AVANÇOS E AS ESTRATÉGIAS NA GESTÃO DE PESSOAS DO CRP SP

Entrevista com Gracielle de Souza Bacellar, psicóloga que se dedica a efetivar um relacionamento mais humanizado no Conselho



Fotos: Acevo CRP SP

Dariamente, no cumprimento de suas atribuições, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) reafirma seu compromisso social com a profissão. Seja por meio de articulações com outras instâncias, seja em posicionamentos sobre o enfrentamento das violações de direitos e orientações para uma prática ética e qualificada, o Conselho exerce atividades que dependem de equipes técnicas, administrativas e financeiras.

São mais de 180 trabalhadoras e trabalhadores que, em 11 subsedes diferentes, atuam para que as psicólogas e psicólogos com registro ativo tenham direito ao trabalho regular. Nessa construção de uma Psicologia cada vez mais plural e inclusiva, atenta aos contextos sociais e sensível às diversidades, também é preciso levar em consideração todas essas pessoas envolvidas nas ações e conquistas da autarquia.

Para viabilizar a modernização dos serviços prestados, garantir a responsabilidade com o fazer público e oferecer respostas eficazes e eficientes à sociedade, existem gerentes de áreas estratégicas (Relações Institucionais, Técnica e Política, Administração e Tecnologia da Informação), coordenadores, assessores, profissionais de suporte administrativo, especialistas técnicos, estagiários e jovens aprendizes alocados nas unidades de Atendimento, de Comunicação, Jurídica, de Secretaria, de Gestão Administrativa, de Gestão Financeira, de Tecnologia da Informação e em outros setores.

Somente em Recursos Humanos, são nove pessoas que respondem pelas demandas internas e externas, sendo uma delas a psicóloga organizacional da unidade de Gestão de Pessoas. Desde o mês de fevereiro de 2024, Gracielle de Souza Bacellar (CRP 06/163548) é quem se dedica a efetivar um relacionamento mais humanizado com pessoas trabalhadoras do Conselho.

“A proposta é ter fluxos e procedimentos dentro da autarquia que favoreçam uma dinâmica mais participativa, na qual trabalhadoras e trabalhadores consigam fazer valer seus conhecimentos e experiências. Com uma abordagem de cunho orientativo, estabelecer uma configuração em que seja possível ter respostas e entregas elaboradas de maneira construtiva, a partir das funções precípua do CRP SP”, detalha.

Nesse período de atuação como psicóloga organizacional, Gracielle acompanha a cada dia o modo como a autarquia se constrói, por meio de variadas realizações que vão muito além das atividades de orientação e fiscalização. “Entre outros tantos movimentos, é um espaço de interlocução, de acolhimento às demandas da categoria e de troca de ideias entre psicólogas e psicólogos.”

Na avaliação da profissional, um dos principais avanços na área de Gestão de Pessoas é o processo de implementação do programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Iniciado em maio deste ano, o projeto foi desenvolvido para melhorar as condições de trabalho da autarquia e fornecer um diagnóstico da impressão das pessoas trabalhadoras sobre a estrutura oferecida e sobre as atividades desempenhadas.

A iniciativa da atual gestão, liderada pela presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781) e pela conselheira Maria da Glória Calado (CRP 06/33194), foi colocada em prática por uma consultoria especializada, que havia desenvolvido um projeto semelhante no Conselho Federal de Psicologia (CFP). Além de buscar compreender como cada integrante se sente em relação às tarefas realizadas no Conselho, a intenção era reunir informações para construir um ambiente de qualidade de vida no trabalho, como parte da missão da própria autarquia.



“O processo ocorreu de forma presencial e *on-line*, com a participação de um quantitativo de aproximadamente 80% de todas as pessoas trabalhadoras. Por meio de diversas reuniões com grupos focais, organizadas e conduzidas pela equipe de consultoria, foi aberta a oportunidade para expressar opiniões e críticas a respeito do trabalho no CRP SP”, conta Gracielle.

A redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais e o regime de trabalho híbrido foram conquistas alcançadas após o início do projeto QVT. As ações começaram com a constituição do grupo de trabalho (GT) do CRP SP, formado pela conselheira Maria da Glória, a psicóloga organizacional Gracielle, a gerente Técnica e Política, Lauren Mariana Menocchi (CRP 06/90668), a coordenadora de Comunicação, Tais Aparecida Souza, o assessor temático de Recursos Humanos, Rafael Augusto Mendes de Sousa, e o profissional de suporte administrativo da Coordenação de Gestão Administrativa, Edilberto Carvalho dos Santos.

Na sequência, foi definido o plano de ação do projeto, iniciado pela sensibilização do público-alvo, para então serem realizadas rodas de conversa e definidos os grupos focais. Após isso, foi feito o tratamento, a análise e a validação dos resultados. A etapa seguinte foi a oficina de concepção da política de QVT, e, posteriormente, a formulação do programa de QVT. Após a consolidação dos dados obtidos, foi apresentado um relatório técnico executivo para dirigentes do CRP SP, com reuniões de devolutiva que encerraram as atividades da consultoria.

Para **Mário César Ferreira**, coordenador do projeto de QVT do CRP SP, foi possível alcançar os objetivos delineados previamente, sobretudo pela expressiva participação das pessoas trabalhadoras. Foi

com base nessa avaliação coletiva abrangente que se conheceu, com o rigor científico necessário, o contexto organizacional da autarquia.

“Os resultados foram bastante interessantes. As pessoas participantes explicitaram os fatores estruturantes sobre o que entendem ser a QVT. Com base em suas vivências e nas ações que consideram urgentes, foi formulada uma minuta de Política e Programa de QVT (PPQVT) do CRP SP, que ainda vai ser avaliada e aprovada pela diretoria”, explica.

A minuta citada, que delimita a aplicação das políticas e práticas de QVT, engloba seis temáticas diferentes: mapeamento e gestão de processos; melhoria das condições de trabalho; gestão humanizada; prevenção do assédio moral no trabalho; valorização profissional; e melhoria do atendimento ao público.

“Com a experiência em curso, e a efetiva implementação dos próximos projetos, certamente a autarquia alcançará uma posição de vanguarda na promoção do bem-estar no trabalho no âmbito dos conselhos regionais de Psicologia”, analisa o coordenador.

Para Gracielle, os esforços voltados a melhorar a qualidade de vida no trabalho refletem no desempenho das pessoas trabalhadoras em suas funções, sendo um aspecto motivador representar um canal de ligação nessa busca por alcançar condições que estejam mais alinhadas com os anseios das equipes.

“Escolhi a profissão de psicóloga porque me interessei pelas histórias das pessoas, a forma como interpretamos o mundo e as ideias resultantes dessa leitura. É enriquecedor trilhar um caminho de escuta, acolhimento e oportunidade de aprendizado com meus pares. E tem sido esse o meu caminho de contribuição no Conselho”, finaliza.



O PERFIL DE QUATRO PESSOAS QUE ATUAM NOS ALICERCES DO CONSELHO

Ética e orientação na prática



Luciana Liberati Mantovani

Psicóloga (CRP 06/39829) e coordenadora da Comissão de Ética (COE)

“**C**ompletei 20 anos de CRP SP em abril deste ano. Fui a primeira fiscal concursada do Conselho. Passei em primeiro lugar no concurso, e a Christina Zeppini, em segundo. Comecei no cargo de assistente técnica, e atuava como psicóloga fiscal na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Após três anos, recebi um convite da presidenta para integrar a equipe da Comissão de Ética (COE), onde ocupo a função comissionada de coordenadora desde 2016.

Era muito diferente quando comecei. A estrutura era bastante enxuta: éramos somente duas psicólogas, ambas na capital. Não havia coordenação, gerência técnica. Agora somos 35 psicólogas e psicólogos que atuam em todo o estado nesse amplo trabalho de apoio à COE e à COF.

Apesar de também ser formada em Direito, tive que estudar muitos assuntos para saber e entender como funciona esse universo do CRP SP. Até hoje estudo e aprendo todos os dias. Por exemplo: quais as atribuições das psicólogas e psicólogos do sistema prisional? No que consiste a avaliação psicológica para concessão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)? O que verificar na atuação das psicólogas e psicólogos das comunidades terapêuticas? Como funciona a justiça restaurativa? É preciso ter uma visão geral de diferentes inserções e normativas da profissão.

Também me aprofundi nas normativas do Conselho Regional e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), como a Resolução CFP nº 11/2019, que institui o Código de Processamento Disciplinar (CPD), ou a Resolução CFP nº 10/2023 (alterada pela CFP nº

17/2024), que trata da realização de atos processuais por videoconferência em mediações, audiências, julgamentos e processos disciplinares.

E ainda tenho as tarefas de coordenação, como a prestação de contas do trabalho realizado — que é publicada no *site* da transparência —, proteção de dados, mapeamento de riscos e planejamento estratégico. Respondo perguntas e dialogo com trabalhadoras e trabalhadores das subsedes todos os dias.

É comum buscarmos outras fontes de consulta, como os códigos Civil e de Processo Penal, devido à complexidade das demandas. Afinal, um dos deveres do Conselho é zelar pela ética profissional das psicólogas e dos psicólogos. Precisamos ficar atentas às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) e às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD; Lei nº 13.709/2018). Por isso, estou em contato frequente com colegas psicólogas do CFP e de outros CRPs para discutir as normativas existentes e os fluxos de trabalho e analisar o que ainda precisa ser regulamentado e o que necessita de atualização.

O CRP é fiscal da sociedade. Nosso papel é garantir a boa prática da Psicologia em nosso estado, o que envolve ética, teoria e técnica. Caso alguém tenha alguma queixa sobre a atuação profissional, é possível apresentar uma representação na COE ou solicitar alguma ação de COF, como orientação, fiscalização, ou aplicação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Cabe a nós verificarmos quais os procedimentos possíveis e retornarmos com respostas elucidativas.

Vale destacar que nós priorizamos a mediação de conflitos, que é um momento de diálogo entre a pessoa demandante e a psicóloga ou psicólogo. Colocar as partes envolvidas no protagonismo é mais eficaz, justamente por ser um recurso de aprendizado e de melhoria nas condutas futuras. Penso que a categoria deveria conhecer melhor a mediação e a justiça restaurativa; são bons campos de trabalho na profissão.

Sobre isso, recomendo a *live* “Pela lógica não judicializante: a mediação de conflitos no CRP SP”, realizada em abril deste ano, e disponível no YouTube do Conselho.

O quadro abaixo apresenta os principais temas dos processos éticos.

Temas das representações recebidas em trâmite no CRP SP



Local das infrações



Fonte: Relatório de Gestão 2023.

O tema mais frequente é a produção de documentos elaborados pelas psicólogas clínicas e psicólogos clínicos, e que são anexados a ações judiciais. Quem atua com isso precisa ficar atento. É fundamental conhecer a Resolução CFP nº 06/2019 e buscar orientações sobre o assunto.

Apesar da rotina ocorrer dentro de um fluxo determinado, não é raro recebermos demandas inesperadas ou, por vezes, muito específicas, como solicitações do Judiciário, do Ministério Público ou de ouvidorias.

Considero que estamos avançando de diferentes formas para ter procedimentos cada vez mais eficazes. Por exemplo, até o ano que vem o trâmite dos processos éticos vai ser totalmente digital (hoje funciona de maneira híbrida, ainda com documentos físicos). É uma transição cuidadosa.

Além disso, também estamos ampliando a atuação da Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE) nos territórios, com a regionalização da mediação para reparação e autocomposição de conflitos. Outra importante ação é uma visita que tenho feito às subsedes com a assessoria jurídica e a presidência da COE, para conhecer a realidade e dialogar sobre as necessidades em cada região.

A recente separação entre a sede e a Subsede Metropolitana aqui na capital já tem gerado mudanças relevantes na nossa rotina, pois, com a divisão das demandas e das equipes no âmbito estadual e dos territórios, é possível termos respostas mais ágeis, melhorando a dinâmica dos encaminhamentos.

É importante citar também a campanha pela linguagem simples e concisa, que foi implementada pela COE em 2024 e busca facilitar a comunicação nos pareceres e relatórios de julgamento produzidos pelo Conselho. Foi inspirada na recomendação do Conselho Nacional de Justiça aos tribunais, na qual se incentiva a “Dizer mais com menos” elaborando-se documentos compreensíveis e sintéticos. Temos quase 1.400 processos disciplinares éticos; é preciso que os materiais sejam concisos e compreensíveis para que as pessoas envolvidas entendam as mensagens que pretendemos passar, e, assim, a apreciação dos casos seja agilizada.

Como disse, a cada dia aprendo algo diferente. Recentemente tenho pesquisado sobre como a inteligência artificial pode auxiliar na rotina de trabalho de forma segura. Estar sempre atendida tanto com a rotina como com as inovações me deixa permanentemente motivada.

Diariamente tento fazer meu melhor, mas as demandas são muitas. Nada seria possível se não trabalhasse em uma equipe de profissionais muito potentes, tanto na sede quanto nas subsedes. O que fazemos é mérito nosso, não meu.

As autarquias seguem regras e princípios da administração pública: precisamos fazer entregas para a sociedade. Sinto a atuação no CRP SP como de grande relevância social, já que psicólogas e psicólogos contribuem para diminuir o sofrimento das pessoas e o CRP faz importantes pronunciamentos que corroboram mudanças sociais. É um trabalho fundamental para estimular a empatia em relações cada vez mais plurais e diversas.”



Orien

Orientação: possibilidade de ajuda na tomada de decisões



Christina Helena de Campos Zeppini

Psicóloga (CRP 06/58190), especialista técnica e uma das trabalhadoras com mais tempo de experiência na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

“Faz tanto tempo que entrei no Conselho, que nem concurso tinha (*risos*)! Foi em 2002: iniciei como trabalhadora temporária, responsável pela análise dos pedidos de registro de psicóloga e psicólogo especialista. Era para ser uma atividade de meses, que acabaram virando dois anos, até que abriu o concurso e eu fui aprovada, junto com a Luciana Mantovani, para atuar na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) — mas a gente assessorava todo o Conselho, no estado inteiro. A equipe foi crescendo; porém, só em 2012, quando houve uma contratação de profissionais psicólogas para as subsedes, esse trabalho foi regionalizado.

A dinâmica do trabalho costuma variar. Mas as demandas chegam por *e-mail*, por telefone, por carta ou pessoalmente. Podem vir de uma pessoa usuária que deseja saber se a atitude profissional de determinada psicóloga ou psicólogo foi adequada. Ou então de profissionais com dúvidas sobre como atuar numa situação específica — por exemplo, sobre a maneira correta de elaborar um documento. Só que, ao estudar a situação, pode ser que concluamos que o documento que foi solicitado não elucida a questão. Então, a orientação é um processo de escuta ou de abertura para ajudar na reflexão das psicólogas e psicólogos sobre sua prática.

Orientações

por e-mail: 6.391

por convocação: 95

por telefone: 9.966

de pessoas jurídicas: 2.301

presenciais: 624

CRP Acolhe: 9.868

Oficinas de documentos escritos: 1.196

Notificações extrajudiciais: 4

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC): 36

Fonte: Relatório de Gestão 2023.

Isso ocorre por meio da indicação de legislação, do diálogo para ajudar na reflexão sobre a ética profissional e seu papel em cada contexto, bem como suas limitações e possibilidades. Também apresentamos os materiais de orientação que o Conselho já produziu e algumas leis referentes à temática, e apontamos como usar aquelas informações todas na atuação profissional.

Se você viu uma publicidade de psicóloga ou psicólogo que considera inadequada, por ser enganosa ou por ter um discurso preconceituoso, por favor nos acione. Vamos analisar a situação e propor saídas como orientação, fiscalização ou, em último caso, a abertura de um processo ético.



atuação

Principais orientações demandadas pela categoria para o exercício profissional:

- manejo técnico: condutas/posturas sobre o exercício profissional (o CRP SP não fornece supervisão sobre a condução de casos clínicos, mas faz orientações pertinentes às dúvidas, considerando a legislação do Sistema Conselhos);
- produção de documentos escritos pela/o psicóloga/o;
- atendimento psicológico a crianças e adolescentes do espectro autista e acompanhamento terapêutico, em especial com o uso de ABA;
- publicidade e atuação profissional (devido ao aumento de divulgação na internet/redes sociais);
- procedimentos necessários para atendimento utilizando tecnologias da Informação e da comunicação (TIC);
- atendimento com crianças e/ou adolescentes e a relação com seus responsáveis;
- impedimento de atuar como assistente técnica/o e psicoterapeuta das partes em situação de litígio conjugal.

Fonte: Relatório de Gestão 2023.

Vamos supor que começamos a ter uma alta demanda de determinado assunto. Diante dessa realidade, vamos promover uma análise e podemos decidir por dialogar com a categoria ou realizar uma fiscalização abrangente com aquela temática. Podemos criar uma subcomissão sobre o tema, elaborar uma nota técnica, organizar um evento ou uma roda de conversa, de modo a disseminar a orientação para a categoria e também para a população.

Afinal, o objetivo do Conselho é assegurar que a sociedade tenha um serviço adequado de Psicologia. E a COF tem justamente o papel de orientar, antes que haja irregularidades; de fiscalizar e de tentar garantir que a prática profissional seja ética. Muitas pessoas se surpreendem com a experiência de orientação durante uma fiscalização de rotina. É um momento importante que permite, inclusive, maior aproximação com o CRP SP.

A orientação é uma oportunidade para ajudar na tomada de decisões. Nunca vamos dizer 'faça isso' ou 'faça aquilo'. Vamos apresentar as normas e regulamentações referentes ao tema, de modo a fundamentar a atuação. Então, a maioria agradece e elogia o trabalho, né? Ao perceber essas chances de contribuição e o aprendizado diário que tenho aqui dentro, faz muito sentido continuar no Conselho.

Por mais que a gente antecipe alguns movimentos e perceba tendências, de modo geral a legislação sempre está 'atrasada', pois existe um tempo de efetivação que ultrapassa os acontecimentos. Acho importante destacar esse aspecto ao pensarmos nas atividades que desenvolvemos no CRP SP. Precisamos nos atualizar sempre, sabendo que existe um período de reconhecimento do novo, para depois atualizarmos a legislação para que as normas sejam entendidas e a categoria possa se apropriar delas."



Financeiro

Crescendo com o Conselho



Sibila França acompanha de perto o aumento no número de psicólogas e psicólogos

Quando Sibila França começou a trabalhar como assistente no CRP SP, em 1998, não esperava ficar muito tempo. Na época, os conselhos profissionais não eram autarquias: as pessoas trabalhadoras não eram contratadas por concurso público, mas por um processo seletivo, como o utilizado por empresas privadas.

Sibila já havia passado por outros empregos: começou a trabalhar aos 15 anos. Trabalhou em creche. Foi secretária. Vendedora. Recepcionista, conhecida por organizar as festas de aniversário da empresa.

A gerente financeira da empresa de que Sibila foi recepcionista reconheceu seu talento e seriedade e a convidou a ajudar nas cobranças, promovendo-a a assistente financeira.

Como sempre gostou de estudar, Sibila cursou uma formação técnica em Contabilidade. Depois, se graduou em Administração, para ter uma visão mais ampla do trabalho em uma empresa e, também, para ter mais liberdade para escolher a área de atuação. Quis aprender mais: fez especializações em Recursos Humanos e Psicologia Organizacional.

Em busca de uma ocupação dinâmica, com pouca rotina, escolheu a área financeira, com a qual já tinha familiaridade e que sempre tem novidades: afinal, a legislação não para de mudar.

Sibila trabalha na Coordenação Financeira desde que veio para o CRP SP. Há cinco anos, foi promovida a supervisora, e, este ano, a coordenadora. Acompanha quatro setores — financeiro; contabilidade; arrecadação e cobrança; planejamento e gestão orçamentária (PGO) — nos quais “não dá para deixar trabalho para amanhã”.

Ela não se importa com desafios. Pelo contrário, é estimulada por eles. Assumiu a responsabilidade pela estruturação dos setores de arrecadação e cobrança — que têm os deveres de evitar e resolver cobranças em duplicidade e de fazer ressarcimentos, entre outros — e de PGO, que emite empenhos para o pagamento de despesas e investimentos do Conselho.

Aliás, 2024 tem sido um ano dedicado a inovações: de abril para cá, a Coordenação Financeira deu início à implantação de um centro de custos capaz de gerar um mapeamento detalhado da situação financeira; de um sistema de conciliação bancária, por meio do qual é possível acompanhar toda a movimentação bancária do Conselho — até então, os lançamentos bancários eram registrados manualmente —, otimizando as tarefas tanto do financeiro quanto da contabilidade; e de um sistema integrado de passagens e diárias (Sispad), que, além de otimizar o acompanhamento dos custos dos deslocamentos feitos por profissionais ligados ao Conselho, garante maior transparência ao processo.

As mudanças por que passa a Coordenação Financeira refletem o momento atual do CRP SP. “O que eu tenho visto nesse último ano, nunca vi em 25 anos de Conselho”, diz Sibila. E ela conhece bem a autarquia: ao longo dessas mais de duas décadas, além de desempenhar funções internas, Sibila foi dirigente sindical por seis anos, e valoriza a abertura da atual gestão para a participação das trabalhadoras e trabalhadores nas tomadas de decisão e na construção de processos de trabalho.

Os últimos anos, porém, foram de dedicação total à coordenação. Não está na “linha de frente das questões políticas”, e sim “na retaguarda, dando apoio”. Um apoio que fez muita diferença durante a pandemia.

Naquele período, conta Sibila, o Conselho registrou um “crescimento inesperado” no número de inscrições. A modernização precisou ser rápida. A Coordenação Financeira foi a primeira unidade administrativa do CRP SP a abolir o uso de papel em favor de documentos digitais. “A sustentabilidade já era um valor importante para a gente”, diz.

Sibila também se orgulha da condução das finanças do Conselho durante a pandemia. “Não cancelamos nenhum contrato nem atrasamos pagamentos. Para nós, era uma questão de preocupação social”.

Navegando com determinação entre desafios e inovações, Sibila está satisfeita. Admira a categoria a que serve — “já vi a Psicologia salvar vidas”, afirma — e conduz sua coordenação em um momento de melhoria, “tanto dos processos quanto das condições de trabalho”. O que mais o Conselho poderia pedir, ao completar 50 anos?

Do CPM para o CRP



Baixista e autor de hits coordena a assessoria jurídica do Conselho

Procure por “Portoga” na internet e você verá fãs de CPM 22 perguntando: “onde está o Portoga?”. A dúvida é pertinente. Portoga não é visto no cenário musical há anos. Agora, o **Jornal Psi** traz, em primeira mão, notícias de seu paradeiro.

Portoga ganhou esse apelido de Pablo, *roadie* da banda, que o chamava assim por causa de sua ascendência portuguesa. Os pais de Ronaldo Ferreira Spino-la — esse é seu nome verdadeiro — vieram da Ilha da Madeira em 1975, em um período difícil para a economia madeirense. Onze anos depois, a família abriu um restaurante que existe até hoje, no bairro de Perdizes.

Ronaldo nasceu em 1978. Passou boa parte da infância em Vila Nova Cachoeirinha e Jardim Peri, na Zona Norte de São Paulo. Em 1987, com o restaurante prosperando, a família se mudou para Alphaville, na Região Metropolitana da capital, quando no condomínio havia mais terrenos que casas. Lá Ronaldo conheceu Badaui, seu futuro parceiro de banda, andando de *skate*.

Badaui e Wally, outro amigo da época, chamaram Ronaldo para tocar baixo no grupo que viria a se chamar CPM 22. Ele integrou a banda desde o primeiro álbum, lançado de forma independente — cópias em CD e fita cassete eram enviadas pelo correio a preço de custo —, até *Chegou a hora de recomeçar*, o segundo produzido por uma gravadora. Ao mesmo tempo que participava de *shows*, ensaios e gravações, cursava Farmácia e Bioquímica na Universidade de São Paulo (USP).

Para Ronaldo, escolher uma música preferida entre as que compôs é como dizer de que filho gosta mais. Mas destaca “Regina, let’s go”, primeiro *hit* da banda, com música sua e letra de Badaui. Também fala com afeto de “Especial como você”, que escreveu para Patrizia, farmacêutica como ele, mãe de seus dois filhos — Valentina e Gianluca — e com quem está casado desde 2005.

A cansativa rotina de *shows* e viagens levou Ronaldo a “uma espécie de *burnout* da vida de músico”. Decidiu se dedicar a outra coisa de que gostava: estudar. Então, no avesso do que se espera, o músico patrocinou o concurseiro.

Inspirado pela série *C.S.I.*, que trata da solução de crimes por meios científicos, prestou concurso para farmacêutico perito judiciário. Acabou na Assembleia Legislativa de São Paulo, como técnico legislativo. Com emprego garantido, prestou vestibular para Direito e, na segunda tentativa, passou novamente para a USP.

Formado pela segunda vez, Portoga — agora, dr. Ronaldo — chegou a trabalhar em um grande escritório, mas preferiu voltar para os concursos. No final de 2023, fez a prova para o CRP SP. Foi aprovado em primeiro lugar.

Hoje, Ronaldo desempenha as funções de coordenador da assessoria jurídica e de assessor especial, prestando assistência à diretoria e às gerências do CRP SP. Parece muito trabalho? Ronaldo está satisfeito: sempre foi um “resolvedor de problemas”, como diz, e tem orgulho de estar “trabalhando em prol do CRP e, direta ou indiretamente, em prol da sociedade”.

Até bem pouco tempo, a assessoria jurídica do Conselho era feita por um escritório terceirizado. Ronaldo e sua equipe encaram o desafio de construir uma procuradoria para o CRP SP. E que desafio!

A assessoria conta com três advogados, além de Ronaldo, e com um profissional de suporte administrativo que trabalha há 15 anos no CRP. Dois estagiários completam a equipe. “A tarefa de construir uma unidade nova só é possível coletivamente”, diz Ronaldo. “Temos um grande acervo de ações judiciais, cerca de 1.400 processos ético-disciplinares e muitas demandas internas para atender”. Além de tudo isso, é preciso estruturar a unidade, criando fluxos de trabalhos, dividindo tarefas, elaborando modelos de documentos etc.

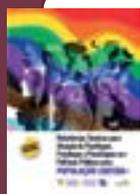
O esforço conjunto tem dado resultados: os processos ético-disciplinares estão se tornando mais eficientes, o Conselho tem sido capaz de tomar decisões com maior segurança jurídica e a assessoria já está bem ensaiada. O *show* não pode parar!





ESTANTE

Conheça algumas das atividades e produções realizadas pelo CRP SP e pelo Sistema Conselhos ao longo do XVII Plenário.



Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em Políticas Públicas para população LGBTQIA+

Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2023.

Apresentação de possibilidades de atuação nas diversas Políticas Públicas destinadas à população LGBTQIA+, com o objetivo de fortalecer e qualificar a atuação de profissionais da Psicologia e de ser uma contribuição da categoria à sociedade brasileira para promover a dignidade e enfrentar o ódio.



XII Seminário de Psicologia e Políticas Públicas: interface entre Psicologia e populações em situação de refúgio, migração e apatridia

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2024.

Em sua 12ª edição, o evento priorizou debates realizados por psicólogas e psicólogos migrantes, além de pesquisadoras e profissionais que atuam em Políticas Públicas.



Manual de produção de prontuários e documentos escritos

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2023.

Material orientativo sobre os princípios, as normativas e os parâmetros éticos e legais que regem a produção de documentos escritos por psicólogas e psicólogos.



Série CRP Orienta

Série elaborada pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP a partir das principais questões trazidas pela categoria. Os conteúdos orientativos são respostas a essas demandas e têm base em referências técnicas e resoluções sobre atuação profissional, uso das mídias e atendimento domiciliar, entre outros temas.



CRP SP | 50 anos

Livro especial que celebra os 50 anos do CRP SP. Com fotos e contextualização histórica, traz o depoimento de trabalhadoras, trabalhadores, conselheiras, conselheiros e outras pessoas que fazem parte desse meio século de realizações.



Live: Psicologia quando e para quem?

Dezembro de 2022

Os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos estão na base do Código de Ética da Psicóloga e do Psicólogo; mas o que isso quer dizer, efetivamente, para a prática profissional? Como se revelam e quais seus impactos no dia a dia de psicólogas e psicólogos? Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Lançamento da Frente Nacional de Negros e Negras da Saúde Mental

Março de 2023

Evento de lançamento da Frente Nacional de Negras e Negros da Saúde Mental (Fennasm), com o objetivo de fortalecer e incidir na luta por uma Reforma Psiquiátrica radicalmente antirracista, antimanicomial e antiproibicionista. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Viagens Trans(Gênero): abordagens psicológicas, médicas e legais e vivenciais interseccionais

Julho de 2023

Evento realizado em parceria com o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, com a participação da pesquisadora e militante Liliana Rodrigues, para sensibilizar o público para as dimensões das abordagens trans. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Desafios no território para a Psicologia na defesa dos Direitos Humanos

Agosto de 2023

No mês da Psicologia, o CRP SP promoveu um encontro na Subsede Campinas com a presença de conselheiras, conselheiros e profissionais de diversas áreas para tratar de diferentes questões regionais que permeiam a prática psicológica. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Seminário Psicologia e Sociedade: 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Dezembro de 2023

Evento com rodas de conversa e mesas temáticas de debate que teve como proposta analisar a conjuntura e reafirmar o compromisso de psicólogas e psicólogos com os direitos e com a saúde mental da população brasileira. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Tecendo conexões: interfaces entre Psicologia, Serviço Social, sistema de justiça e sociedade civil na execução penal

Abril de 2024

Evento realizado em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP) para a partilha de experiências sobre os desafios da atuação no contexto das prisões, a partir da concepção de que a colaboração interdisciplinar é fundamental para desenvolver estratégias na execução penal. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Solidariedade e escuta: a luta pela Terra das Palavras, com Samah Jabr

Junho de 2024

Série de atividades realizadas pelo CRP SP, em parceria com o CRP MG, o coletivo Desorientalismos e o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política da USP, sobre os desdobramentos do conflito Israel-Palestina na escuta e cuidado clínicos. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Seminário da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha de São José do Rio Preto

Julho de 2024

Resultado da mobilização no território de São José do Rio Preto que envolveu coletivos, conselhos, comissões, secretarias e mulheres pretas rio-pretenses para tratar da realidade e dos vários aspectos das vivências das mulheres negras no território. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Seminário estadual Crepop SP: referências técnicas para atuação de psicólogos/os na educação básica

Setembro de 2024

Seminário de educação para discussão e resgate das "Referências técnicas para atuação de psicólogos/os na educação básica", produzidas pelo Sistema Conselhos para orientar sobre a Lei Federal nº 13.935/19. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

50
anos

www.crpssp.org.br